

## Adaptação transcultural do instrumento Parent-Child Conflict Tactics Scales (CTSPC) utilizado para identificar a violência contra a criança

Portuguese-language cross-cultural adaptation of the *Parent-Child Conflict Tactics Scales* (CTSPC), an instrument used to identify parental violence against children

Michael Eduardo Reichenheim <sup>1</sup>  
Claudia Leite Moraes <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Núcleo de Pesquisa das Violências, Departamento de Epidemiologia, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rua São Francisco Xavier 524, 7º andar. Rio de Janeiro, RJ 20559-900, Brasil. michael@ims.uerj.br clmoraes@ims.uerj.br

**Abstract** *This article concerns the first phase of the assessment of the cross-cultural equivalence between the Parent-Child Conflict Tactics Scales (CTSPC) designed in English and used to identify child abuse and neglect, and a Portuguese-language version to be used in Brazil. Evaluating conceptual and item equivalences involved expert groups. Assisted by a broad literature review, discussions focused on the existence and pertinence of the underlying theoretical concepts and the corresponding component items in the Brazilian context. The appraisal of semantic equivalence involved the following steps: two translations and respective back-translations; an evaluation regarding referential (literal) and general (meaning) equivalences between the original instrument and each version; further discussions with experts in order to produce a final version; and pre-testing the latter on 774 women. It proved possible to establish a satisfactory conceptual, item, and semantic equivalence between the Portuguese-language version and the original CTSPC. Acceptability of the version was excellent. Albeit encouraging, results should be reassessed in the light of forthcoming psychometric analysis (measurement equivalence), as well as through ongoing criticism from interested professionals.*

**Key words** *Domestic Violence; Child Abuse; Questionnaire*

**Resumo** *Este artigo enfoca a primeira fase da avaliação da equivalência transcultural entre o instrumento Parent-Child Conflict Tactics Scales, concebido em inglês e usado para identificar violência contra a criança, e uma versão em português a ser proposta para uso no Brasil. Subsidiada por uma ampla revisão bibliográfica, a avaliação da equivalência conceitual e de itens envolveu discussões com grupo de especialistas sobre a existência e pertinência em nosso meio dos conceitos teóricos subjacentes e dos itens componentes do instrumento original. A avaliação da equivalência semântica constou das seguintes etapas: duas traduções e respectivas retraduições; uma avaliação da equivalência de significado referencial (literal) e geral (sentido) entre as retraduições e o original; novos encontros com especialistas para a definição de uma versão-síntese e um pré-teste realizado em 774 mulheres. Constatou-se boa equivalência conceitual de itens e semântica entre a versão final em português e o original, bem como uma excelente aceitabilidade do instrumento adaptado. Apesar de encorajadores, os resultados obtidos merecem ser revistos após avaliações psicométricas futuras (equivalência de mensuração) e através de crítica contínua por parte dos profissionais interessados.*

**Palavras-chave** *Violência Doméstica; Maus-tratos Infantis; Questionário*

## Introdução

Em diferentes partes do mundo, a violência na família vem assumindo um crescente papel na morbi-mortalidade de mulheres, crianças e adolescentes (Heise, 1994; Moraes & Reichenheim, 2002b; Rossman et al., 1999; Straus & Gelles, 1995; Watts & Zimmerman, 2002). Sua repercussão biopsicossocial tem fomentado um crescente interesse na elaboração de propostas de ação para a prevenção, acompanhamento de vítimas e no desenvolvimento de programas de investigação. Também no Brasil, há indicação de que a violência entre pais e filhos, um dos principais componentes da violência familiar, é um fenômeno expressivo, devendo ser encarada como prioridade na agenda dos diversos segmentos sociais (Deslandes et al., 2000; MS, 1997, 2001, 2002).

Um dos principais desafios a enfrentar no campo da violência familiar é a identificação adequada dos eventos. Incentivos vêm sendo dados à elaboração de novos e mais acurados instrumentos de aferição, bem como ao aprimoramento dos já habitualmente utilizados no âmbito clínico e em contextos de pesquisa (Aldarondo & Straus, 1994; Archer, 1999; Milner, 1994; Straus & Hamby, 1997; Straus et al., 1998; Weiss et al., 2000). Aceitando-se que é de grande interesse comparar perfis epidemiológicos de diferentes culturas, vários autores recomendam que um instrumento consolidado em um certo contexto seja somente utilizado em outro após uma rigorosa adaptação que permita ligar e harmonizar os construtos e dimensões subjacentes (Behling & Law, 2000; Guillemin et al., 1993; Herdman et al., 1998; Reichenheim & Moraes, 2002).

As primeiras adaptações de instrumentos calcavam-se em simples traduções realizadas pelos próprios pesquisadores ou, quando muito, em processos de tradução-retradução nos quais se avaliava somente o grau de equivalência semântica entre o original e sua versão. Mais recentemente, diferentes estratégias vêm sendo propostas. A literatura sobre o tema tem aumentado progressivamente, principalmente às custas dos numerosos estudos comparativos internacionais desenvolvidos por pesquisadores das áreas de Antropologia e Sociologia (Behling & Law, 2000). Dentre os diferentes métodos em debate, chama atenção o apresentado por Herdman et al. (1998) para adaptação de instrumentos na área de qualidade de vida e saúde. Por sua complexidade e discussão pormenorizada de diferentes aspectos da equivalência transcultural, este foi o modelo escolhido para a adaptação do instrumento focalizado no presente artigo.

Segundo os autores, o processo de adaptação deve iniciar com uma apreciação da pertinência dos conceitos e domínios apreendidos pelo instrumento original na cultura-alvo da nova versão (equivalência conceitual). O modelo também prescreve que se avalie a adequação de cada item proposto no instrumento original em termos da capacidade de representar tais conceitos e domínios na população-alvo (equivalência de itens). Somente então se passa à avaliação da equivalência semântica e lingüística entre os itens originais e vertidos (equivalência semântica). A adequação e a pertinência de aspectos operacionais – forma de administração, instruções, número de opções de resposta etc. – também necessitam de atenção (equivalência operacional). Na seqüência, avalia-se a equivalência entre as propriedades psicométricas do instrumento original e de sua nova versão (equivalência de mensuração).

Diante das excelentes avaliações anteriores das propriedades psicométricas das *Conflict Tactics Scales* (CTS) e de suas versões em diferentes idiomas (Archer, 1999; Assis, 1995; Haselmann et al., 1998; Lucente et al., 2001; Moraes et al., 2002; Moraes & Reichenheim, 2002a; Straus, 1979; Straus et al., 1996), decidiu-se pela adaptação formal do instrumento *Parent-Child Conflict Tactics Scales* (CTSPC), específico para lidar com a relação entre pais e filhos. O instrumento foi concebido por Straus et al. (1998) em língua inglesa e consiste em um refinamento da primeira CTS, elaborada pelo *Family Research Laboratory*, nos Estados Unidos, há cerca de duas décadas (Straus, 1979). O módulo básico da CTSPC é composto por 22 itens divididos em três escalas – disciplina não-violenta, agressão psicológica e violência física. A última é subdividida em três, cada qual encampando atos de distintas gravidades – menores ou punição corporal; graves ou maus-tratos físicos e muito graves ou maus-tratos físicos grave. O instrumento compreende ainda três módulos suplementares que abordam as táticas utilizadas para disciplina infantil na semana anterior à entrevista, situações de negligência e abuso sexual.

Neste artigo, são enfocadas as três primeiras fases do processo de adaptação sugerido por Herdman et al. (1998), envolvendo somente o módulo básico do instrumento. Essa restrição se justifica, de um lado, pela magnitude da violência psicológica e física contra a criança em nosso meio e, de outro, pela insuficiência de informações sobre a acurácia das escalas complementares do instrumento original (negligência e abuso sexual). Também é um objetivo do artigo propor uma versão-síntese para testes e subseqüente uso no Brasil.

## Métodos

### Avaliação da equivalência conceitual e de itens

Essas duas fases de avaliação foram desenvolvidas de forma concomitante por um grupo de especialistas composto por cinco profissionais que atuam na área de violência familiar. O grupo procurou explorar se as diferentes dimensões abarcadas pelo instrumento original na definição e apreensão da violência contra a criança seriam relevantes e pertinentes em nosso meio. No processo, avaliou a pertinência dos itens do instrumento original para a captação de cada uma dessas dimensões da violência familiar no Brasil.

A apreciação focalizou especialmente o contexto brasileiro, abarcando os seguintes pontos: (1) a pertinência das táticas de disciplina não violenta, agressão psicológica e violência física na educação infantil; (2) a existência de outras estratégias de disciplinamento que, por serem relevantes no Brasil, devessem, necessariamente, ser incluídas em um instrumento epidemiológico de identificação da violência entre pais e filhos; (3) a adequação das duas dimensões presentes no questionário original (agressão psicológica e violência física) para expressar o conceito de violência e a necessidade de inclusão de outras; (4) a capacidade dos itens que compõem as três escalas de representar as dimensões abarcadas pelo instrumento e (5) a pertinência da classificação dos mesmos segundo a sua gravidade.

As discussões foram subsidiadas por uma revisão bibliográfica que priorizou as publicações das CTSS sobre os processos envolvidos em sua construção (Straus, 1979; Straus et al., 1996, 1998). Essa etapa visou conhecer os conceitos e definições teóricas de violência familiar em geral e, especificamente, contra a criança, assim como as estratégias utilizadas para a escolha dos itens componentes. Adicionalmente, procurou-se identificar as mesmas questões no material bibliográfico publicado pelas principais instituições nacionais envolvidas com a prevenção, diagnóstico e acompanhamento de vítimas de violência familiar (ABRAPIA, 1992; BEMFAM, 1998; Branco et al., 1996; Deslandes, 1997; MS, 2002).

### Avaliação da equivalência semântica

Seguindo o mesmo roteiro descrito detalhadamente em estudo conexo (Moraes et al., 2002), a avaliação de equivalência semântica envolveu cinco etapas. A primeira consistiu na reali-

zação de duas traduções do original em inglês para o português, executadas independentemente por profissionais bilíngües. Na segunda etapa do processo, as versões preliminares foram retraduzidas por outros dois profissionais, novamente de forma independente.

Uma avaliação externa foi efetuada por um quinto tradutor, não só proficiente e fluente nos dois idiomas, como também ligado à área de Saúde Coletiva (etapa 3). Duas facetas distintas, mas complementares, foram apreciadas: a equivalência entre o original e as retraduzções quanto ao significado referencial (literal) dos termos constituintes e, para cada item, o significado geral (sentido) dos textos (Herdman et al., 1998). Em relação à primeira faceta, julgou-se a equivalência entre pares de assertivas de forma contínua (0% a 100%) através de escalas visuais – *Visual Analogue Scale* (Streiner & Norman, 1995). O significado geral foi qualificado em quatro níveis, a saber, inalterado, pouco alterado, muito alterado ou completamente alterado.

A quarta etapa da avaliação semântica foi realizada pelo mesmo grupo de especialistas que participou da avaliação da equivalência conceitual e de itens, tendo como objetivo identificar e solucionar os problemas surgidos nas etapas pregressas. A partir daí, pôde-se propor uma versão-síntese, ora incorporando itens oriundos de uma das duas versões trabalhadas, ora optando-se por introduzir novas modificações para melhor atender os critérios expostos acima.

A quinta e última etapa de avaliação envolveu o pré-teste da versão-síntese proposta. A CTSPC foi aplicada em estudo realizado em três maternidades públicas do Município do Rio de Janeiro (Moraes, 2001). Uma equipe composta por cinco entrevistadoras especialmente treinadas e pela coordenadora do trabalho de campo (CLM) entrevistou 774 mães nas primeiras 48 horas de puerpério, focalizando situações vivenciadas com outras crianças de convívio íntimo. Durante a coleta de dados, realizaram-se reuniões da equipe com o grupo de especialistas a fim de discutir a aceitabilidade da versão e demais observações decorrentes da aplicação do instrumento.

## Resultados e discussão

As discussões do grupo de especialistas e a consulta bibliográfica indicaram que os conceitos relacionados à violência entre pais e filhos utilizados para a elaboração do instrumento original são pertinentes ao contexto

cultural brasileiro. Concordando com o proposto por Straus et al. (1998), julgou-se que as definições e dimensões da violência contra a criança no Brasil também englobam, dentre outros aspectos, a agressão psicológica e a violência física.

Todavia, nas várias fases de atuação do grupo de especialistas, contemplou-se a inclusão de outras facetas da violência contra crianças e adolescentes na versão a ser usada no Brasil. Ficou a indagação se a prostituição ou o trabalho infantil não seriam também formas de maus-tratos e merecedoras de enfoque. Apesar de acordado que estas dimensões fazem parte de um quadro maior de violências, julgou-se que não seria interessante introduzi-las na versão, pois as mesmas não se restringem ao contexto dos conflitos de foro íntimo, foco central do instrumento original.

Segundo os especialistas, de forma geral, os 22 itens escolhidos para compor a CTSPC original também representam adequadamente as dimensões da violência contra a criança na população-alvo. Não obstante, o grupo debateu a possibilidade de inclusão de novos itens, que abarcassem outras ações de violência particularmente comuns em nosso meio. Ao se avaliar a escala de agressão psicológica, por exemplo, sentiu-se falta de perguntas que abordassem estratégias de amedrontamento. Pais frequentemente lançam mão de figuras como “*bicho-papão*” ou “*homem do saco*” para intimidar e modificar comportamentos julgados inadequados. Foram lembradas, também, certas estratégias atemorizantes e a utilização de figuras simbolicamente restritivas/punitivas como forma de disciplinamento. “*Trancar no quarto escuro*” ou “*chamar o guarda ou a polícia*” são intimidações freqüentes que talvez merecessem itens específicos. Ainda assim, a despeito dessas sugestões interessantes, entendeu-se que não seria prudente modificar a estrutura vigente do instrumento. Vale lembrar que a inclusão de um ou mais itens configura um novo instrumento, cujas propriedades psicométricas não são necessariamente equivalentes às do original.

Mesmo julgando todos os itens componentes da CTSPC pertinentes ao contexto cultural brasileiro, alguns mereceram um debate adicional, conforme apresentado na Tabela 1. O item L, pertencente à escala agressão psicológica, por exemplo, não parece de todo adequado ao trato com crianças muito pequenas, pois a ameaça de expulsão de casa não cabe nessa situação. De forma semelhante, os itens D e H, da escala de castigo corporal, ainda que sejam táticas de disciplinamento bastante utilizadas

em crianças pré-escolares e escolares, não costumam fazer parte das relações entre pais e filhos adolescentes.

A preocupação com a capacidade de generalização motivou a manutenção dos dois itens cogitados como pouco ajustados às diferentes idades-alvo do instrumento. Possivelmente, seria vantajoso haver módulos separados para menores de 12 anos e adolescentes, já que as estratégias utilizadas no disciplinamento variam conforme a idade. No entanto, além de acarretar um aumento do questionário, isso poderia prejudicar as comparações de achados obtidos no Brasil e em localidades que usam o instrumento na sua forma original. As discussões trazidas à baila no artigo que apresenta o instrumento original reforçaram essa decisão (Straus et al., 1998). Mesmo reconhecendo que a heterogeneidade das formas de violência psicológica e física nas diferentes faixas etárias tenha levado a alguma dificuldade na sua construção, os autores ressaltam que a diversidade dos itens componentes acaba permitindo uma representação adequada do espaço de conteúdo desejado nas diferentes faixas etárias. Enfatizam que as vantagens de um instrumento único e de ampla cobertura sobrepujam quaisquer limitações.

Questionou-se também a pertinência dos itens B e Q na representação do conceito de disciplina não-violenta em populações com precárias condições de vida, como é o caso de uma importante parcela da população brasileira. Famílias desse estrato social freqüentemente vivem em casas de poucos cômodos, em que crianças e adultos dividem espaços diminutos. Pôs-se em dúvida se, nessas circunstâncias, um item como o B, referindo-se designadamente ao quarto próprio da criança, não tenderia a diminuir a sensibilidade da detecção dessa estratégia de disciplinamento. Do mesmo modo, o termo “privilégios” contido no item Q também pode ser impróprio, já que a maioria das crianças menos favorecidas socialmente não tem sequer o essencial, quanto mais, supostas regalias. Decidiu-se fazer uma alteração semântica apenas no item B, acrescentando-lhe “ou em qualquer outro lugar” para contemplar as famílias que, na perspectiva de infligir “castigo”, utilizam outros ambientes domiciliares como local de restrição da criança. Como a crítica ao item Q não foi inteiramente compartilhada por todo o grupo de especialistas, optou-se por não modificá-lo.

Ainda nesta fase, debateu-se a alocação do item V na escala de punição corporal. Segundo o grupo de especialistas, atos como dar uma bofetada na cara ou tapa na orelha parecem re-

Tabela 1

Problemas identificados durante o processo de avaliação da equivalência de itens e algumas modificações implementadas.

Item original	Comentário	Tipo de problema	Ação
Put him in time out (or sent to his room) (B)	A maioria das famílias entrevistadas mora em casas pequenas onde as crianças não têm quarto próprio	Prejuízo na equivalência de item	Modificação semântica: "colocou-o de castigo do tipo: mandou-o ficar em seu quarto ou em qualquer outro lugar"
Hit him on the bottom with something like a belt, hairbrush, a stick or some other hard object (D)	O item não parece adequado a crianças maiores	Problema no item original	Não modificado
Spanked him on the bottom with your bare hand (H)	O item não parece adequado a crianças maiores	Problema no item original	Não modificado
Swore or cursed at him (J)	No Brasil, o primeiro verbo não é muito utilizado. O sentido do item parece conotar violência mais grave aqui do que nos Estados Unidos	Prejuízo na equivalência de item e semântica	Modificação semântica: "xingou ou praguejou, quer dizer, 'rogou praga' contra ele"
Said you would send him away or kick him out of the house (L)	Não parece adequado às crianças pequenas	Problema no item original	Não modificado
Took away privileges or grounded him (Q)	No Brasil, o termo "privilégio" pode significar algo sobressalente, supérfluo. Caso o instrumento seja utilizado em populações de baixa renda, o item pode não conseguir captar o mesmo conteúdo do original	Prejuízo na equivalência de item	Não modificado
Called him dumb or lazy or some other name like that (U)	Não parece cobrir o mesmo conteúdo. Talvez, no Brasil, outros adjetivos depreciativos fossem mais indicados	Prejuízo na equivalência de item	Modificação semântica: "chamou-o de estúpido, burro, preguiçoso ou de outra coisa parecida"
Slapped him on the face, head or ears (V)	Não parece pertencer ao construto de violência física menor, mas, sim, ao de violência física grave	Prejuízo na equivalência de item	Não modificado

presentar uma situação de violência mais grave em virtude de suas possíveis conseqüências à saúde, principalmente quando utilizados contra crianças mais novas. O entendimento do que vem a ser castigo violento em contraposição ao que pode ser descrito como método coerente e aceitável para educação e disciplinamento de uma criança é um campo dinâmico, aberto e em franca discussão. Essas definições tendem a variar segundo o contexto social. Falta consenso sobre o que é ou não aceitável, e quais valores pessoais, culturais e religiosos que as influenciam (Bauman & Friedman, 1998). Ato violento inicialmente considerados graves vão sendo progressivamente trivializados, passando a ser aceitos e percebidos como necessários à "educação" de crianças.

É possível que este percurso tenha culminado com inclusão do item V na escala de vio-

lência física menor. No contexto brasileiro, no entanto, há de se questionar se, pelo menos hoje, "dar um tapa ou bofetada no rosto, na cabeça ou nas orelhas" pode ser considerado um ato corriqueiro. Talvez a melhor solução fosse transferir o item para a escala de maus-tratos físicos. No entanto, vale notar que, fazendo-se a substituição, a escala de violência física menor se reduziria, ao passo que a grave acabaria com um item a mais. Essa mudança poderia distorcer as propriedades psicométricas de ambas subescalas, um problema já assinalado anteriormente. Como no caso do item Q, optou-se por manter a estrutura original e aguardar os resultados das avaliações psicométricas para uma proposta mais definitiva.

Passando para a avaliação dos aspectos estritamente semânticos, concluiu-se que, em ambos os pares de tradução/retradução, havia

se alcançado uma adequada equivalência de significado referencial e geral *vis-à-vis* o instrumento original (etapa 3). Conforme mostra a Tabela 2, a maioria dos itens foi julgada como tendo mais de 90% de equivalência, com uma ligeira vantagem do primeiro sobre o segundo.

Apesar dessa avaliação positiva, 12 itens ainda demandaram pequenos ajustes durante a etapa subsequente (etapa 4). Esse refinamento teve como objetivo tornar a versão mais sintonizada com a população-alvo e procurou evitar uma possível perda do sentido geral dos itens. A maioria das mudanças envolveu a substituição de pronomes e artigos (cerca de 70%) para tornar o texto mais coloquial. Como exposto na Tabela 1, apenas três itens necessitaram ser alterados de forma mais substantiva. Além da mudança no item B, já comentada anteriormente, ao U adicionou-se “*estúpido*” para ressaltar a idéia de que os adjetivos depreciativos propostos seriam apenas exemplos de um conjunto variado de termos utilizados com intuito de humilhar ou diminuir a auto-estima da criança. Ao J, acrescentou-se “...*quer dizer, rogou praga...*” no intuito de facilitar o entendimento.

Se as mudanças nos itens B e U parecem ter sido bem sucedidas, já que as respondentes não demonstraram dificuldade na compreensão dos itens, o mesmo não parece ter acontecido com o J. Apesar da modificação proposta pelo grupo de especialistas, o pré-teste continuou indicando um problema. As entrevistadoras, de forma consistente, relataram o quanto o item acarretava uma reação de espanto por parte das respondentes, dando-lhes a impressão de que este parecia estar conotando uma situação mais grave do que a pretendida pelo instrumento original. Essa questão ainda carece de alguma luz. Seria importante realizar discussões que também incorporassem membros da população para a qual a versão foi pensada. Nesse sentido, grupos focais poderiam ser bastante proveitosos (Krueger, 1994; Chor et al., 2001).

Ainda no pré-teste, outros dois itens foram identificados como problemáticos. Segundo depoimento das entrevistadoras de campo, o item A, pertencente à escala de disciplina não-violenta, e o E, da escala de agressão psicológica, permaneciam pouco coloquiais. Unanimemente, a equipe apontou para a forma rebuscada de construção das duas sentenças e relatou que, em várias entrevistas, fora necessário repetir mais de uma vez essas perguntas para que se obtivesse resposta. Não obstante, observou-se uma excelente aceitabilidade do instrumento. Apenas duas entre as 774 respondentes

se recusaram a terminar a entrevista. A versão pré-testada pode ser apreciada na íntegra na Tabela 3.

### Considerações finais

As diferenças existentes entre as definições, crenças e comportamentos relacionados aos temas de pesquisa impõem que a utilização de instrumentos elaborados em outros contextos culturais seja precedida de uma avaliação metódica da equivalência entre o original e sua versão. A necessidade de se adaptarem ferramentas de aferição não é restrita às situações envolvendo países e/ou idiomas distintos. Ajustes locais e regionais também requerem atenção. O alcance de sintonia com a população na qual a versão será usada é algo difícil de caracterizar. Uma decisão deve ponderar o quanto se ganha com a aproximação cultural e o quanto se perde em termos de generalização e comparabilidade.

Como apontado na Introdução, historicamente as adaptações de instrumentos elaborados em outros idiomas se confinavam a simples traduções ou, excepcionalmente, à comparação literal dos originais com versões retraduzidas. Mais recentemente, pesquisadores de diferentes áreas temáticas têm sugerido que a avaliação semântica seja considerada apenas um dos passos necessários ao processo de adaptação transcultural (Badia & Alonso, 1995; Behling & Law, 2000; Bravo et al., 1991; Guillemin et al., 1993; Herdman et al., 1997). Ainda que na literatura se encontrem várias propostas metodológicas, utilizou-se o modelo sugerido por Herdman (1998) pela sua ênfase na apreciação de diferentes aspectos do processo de adaptação. Contudo, por ser apenas um dentre os vários roteiros disponíveis, torna-se fundamental que todas as fases/etapas realizadas sejam explicitadas e postas à crítica.

Apreciando os diferentes passos do processo de avaliação da equivalência semântica, merecem destaques as duas últimas etapas. O envolvimento do grupo de especialistas em uma nova rodada de encontros serviu como um momento crucial de reflexões e debates, contribuindo para um ajuste fino. A importância desta quarta etapa é facilmente identificada ao se perceber que 12 entre os 22 itens sofreram alguma mudança no decorrer do processo, a despeito de uma avaliação satisfatória na anterior. É possível que as semelhanças de estrutura linguísticas entre os idiomas, ou mesmo a presença de um jargão, tenham facilitado o processo de retradução, aproximando ao original sem

Tabela 2

Equivalência semântica entre a versão em português da *Parent-Conflict Tactics Scales* (CTSPC) e o original em inglês.

Formulário original (inglês)	Versão 1			Versão 2		
	Tradução (inglês → português)	Retradução (português → inglês)	A1 <sup>a</sup> A2 <sup>b</sup>	Tradução (inglês → português)	Retradução (português → inglês)	A1 <sup>a</sup> A2 <sup>b</sup>
a) Explained why something was wrong	Explicou por que alguma coisa estava errada	You explained to him why something was wrong	100 IN	Explicou por que algo estava errado	You explained why something was wrong	100 IN
b) Put him in "time out" (or sent to his room)	Colocou-o "de molho" (ou mandou-o para o seu quarto)	You grounded him (or sent him to his room)	100 IN	Colocou-o de castigo (ou mandou-o ficar no quarto)	You punished him or made him stay in his room	85 IN
c) Shook him	Sacudiu-o	You shook him hard	95 IN	Sacudiu-o	You shook him	100 IN
d) Hit him on the bottom with something like a belt, hairbrush, a stick or some other hard object	Bateu no traseiro dele/a com alguma coisa como um cinto, escova de cabelo, vara ou outro objeto duro	You hit him on his backside (spanked him) with something like a belt, a hairbrush, a rod or any other hard object	100 IN	Bateu nele por trás, com um cinto, uma escova, um bastão ou outro objeto duro	You hit him on the back, with a belt, brush, bat or any other hard object	50 PA
e) Gave him something else to do instead of what he/she was doing wrong	Deu-lhe outra coisa para fazer em vez daquilo que estava fazendo errado	You gave him something else to do instead of whatever he was doing that was wrong	100 IN	Mandou-o fazer algo diferente do que ele estava fazendo errado	He was doing something wrong, and you told him to do something else	100 IN
f) Shouted, yelled, or screamed at him	Gritou, berrou, urrou com ele	You shouted, yelled, or hollered at him	100 IN	Falou alto, berrou ou gritou com ele	You spoke loud, screamed or yelled at him	100 IN
g) Hit him with a fist or kicked him hard	Acertou-o com o punho ou deu-lhe um chute com força	You struck him with your fist, or kicked him hard	100 IN	Bateu nele com a mão fechada ou bateu nele com força	You hit him hard with a closed hand	90 IN
h) Spanked him on the bottom with your bare hand	Deu um tapa com a palma da mão no seu traseiro	You slapped him on the backside with the palm of your hand	100 IN	Bateu nas nádegas dele com as mãos	You hit his buttocks with both hands	96 IN
i) Grabbed him around the neck and choked him	Agarrou-o pelo pescoço e o sufocou	You grabbed him by the neck and smothered him	100 IN	Agarrou-o pelo pescoço e sacudiu	You grabbed him by the neck and shook him	79 IN
j) Swore or cursed at him	Xingou-o ou amaldiçoou-o	You abused him or cursed him	94 PA	Xingou ou praguejou contra ele	You insulted him or swore	100 IN
k) Beat him up, that is you hit him over and over as hard as you could	Deu-lhe uma surra, ou seja, bateu nele "sem parar" com o máximo de força que podia	You gave him a severe beating, that is, you hit him relentlessly and as hard as you could	100 IN	Bateu muito nele, isto é, bateu nele sem parar, o máximo que conseguiu	You hit him hard and repeatedly, as much as you could	100 IN
l) Said you would send him away or kick him out of the house	Disse que iria mandá-lo embora ou para fora de casa	You said you would send him away or throw him out of the house	100 IN	Disse que iria expulsá-lo de casa ou enxotá-lo para fora de casa	You said you would throw or kick him out of the house	100 IN
m) Burned or scalded him on purpose	Queimou-o ou escaldou-o de propósito	You burnt or scalded him on purpose	100 IN	Queimou-o ou derramou líquido quente nele de propósito	You burnt him or spilled hot liquid on him on purpose	100 IN
n) Threatened to spank or hit him but did not actually do it	Ameaçou dar um tapa mas não o fez na verdade	You threatened to slap him but did not actually do it	100 IN	Ameaçou espancá-lo ou bater nele mas não o fez	You threatened to spank or hit him but did not do so	100 IN

(continua)

Tabela 2 (continuação)

Formulário original (inglês)	Versão 1				Versão 2			
	Tradução (inglês → português)	Retradução (português → inglês)	A1 <sup>a</sup>	A2 <sup>b</sup>	Tradução (inglês → português)	Retradução (português → inglês)	A1 <sup>a</sup>	A2 <sup>b</sup>
o) Hit him on some other part of the body besides the bottom with something like a belt, hairbrush, a stick or some other hard object	Bateu-lhe em alguma parte do corpo além do traseiro, com alguma coisa como um cinto, escova de cabelo, vara ou outro objeto duro	You whipped him on some other part of the body besides his behind, with something like a belt, a hairbrush, a rod or any other hard object	100	IN	Bateu nele em outra parte do corpo além das nádegas, com algo como cinto, escova de cabelo, bastão ou outro objeto duro	You hit some other part of his body besides his buttocks, with a belt, hairbrush, bat or any other hard object	82	IN
p) Slapped him on the hand, arm, or leg	Deu-lhe um tapa na mão, braço ou perna	You slapped him on his hand, arm or leg	100	IN	Deu um tapa na mão, braço ou perna dele	You slapped his hand, arm or leg	100	IN
q) Took away privileges or grounded him	Tirou-lhe os privilégios ou deixou-o sem sair	You withdrew the privileges he enjoyed or forbade him to go out	100	IN	Tirou privilégios ou o reteve em casa	You deprived him of privileges or made him stay home	100	IN
r) Pinched him	Deu-lhe um beliscão	You pinched him	100	IN	Deu-lhe um beliscão	You pinched him (her)	100	IN
s) Threatened him with a knife or gun	Ameaçou-o com uma faca ou arma de fogo	You threatened him with a knife or firearm	100	IN	Ameaçou-o com uma faca ou arma	You threatened him with a knife or a gun	100	IN
t) Threw or knocked him down	Jogou-o no chão	You threw him on the floor	100	IN	Atirou-o ao chão ou bateu nele, jogando-o ao chão	You threw him on the floor or hit him throwing him on the floor	100	IN
u) Called him dumb or lazy or some other name like that	Chamou-o de estúpido (burro) ou preguiçoso ou de outra coisa parecida	You called him stupid (dumb), or lazy, or something of the kind	100	IN	Chamou-o de pateta ou preguiçoso ou coisa parecida	You called him stupid or lazy or a similar name	100	IN
v) Slapped him on the face or head or ears	Deu-lhe uma bofetada na cara, cabeça ou orelha	You slapped him across the face, head or over the ear	100	IN	Deu-lhe um tapa no rosto, na cabeça ou na sorelhas	You slapped him on his face, head or ears	100	IN

<sup>a</sup> A1 → Avaliação/apreciação em termos do percentual de concordância do significado referencial (ver texto para detalhes)

<sup>b</sup> A2 → Avaliação/apreciação do significado geral (ver texto para detalhes)

IN = inalterado; PA = pouco alterado; MA = muito alterado; CA = completamente alterado.

que isso implicasse, necessariamente, uma versão bem adaptada ao contexto cultural local.

Foi também nesse momento que os problemas que levaram à falta de equivalência entre o original e as retraduições puderam ser identificados. Eles foram decorrentes de falhas na tradução, retradução ou em ambas as etapas. O exame cuidadoso impediu o inadvertido descarte de itens bem traduzidos, mas que, na realidade, foram mal retraduzidos. Algumas incongruências também puderam ser identificadas pelo grupo de especialistas. Por exemplo, apesar de os significados gerais dos itens C, G, H e O terem sido considerados “inalterados” pelo avaliador externo, identificou-se que as diferenças de significado referencial implicavam modificações reais no sentido dos itens. Talvez, o lapso na terceira etapa tenha se dado pela pouca experiência do profissional na área de violência familiar. Isso corroboraria Behling & Law (2000), que, ao debaterem as várias fases

de um processo de adaptação, propõem a incorporação dos tradutores ao programa de investigação. Enfatizam que, fazendo-os participar mais intensa e dinamicamente de todas as etapas do processo de adaptação, as experiências dos pesquisadores e as especificidades da área temática podem ser mais bem discutidas por todo o grupo, aprimorando o produto final.

A relevância da quinta fase, envolvendo as entrevistadoras de campo como participantes do processo de adaptação, é nitidamente expressa no valioso *feedback* dado aos itens A, E e J. As informações carreadas sobre as reações verbais e não-verbais a cada pergunta; sobre as possíveis dissintonias entre os textos “neutros” e o conteúdo efetivamente percebido e sentido pelas respondentes; as críticas e sugestões semânticas ou operacionais apresentadas durante as muitas reuniões de trabalho agendadas ao longo do pré-teste, foram e continuarão sendo fundamentais na construção de um instru-



Tabela 3

Versão-síntese do instrumento *Conflict Tactics Scales – Parent-Child* (CTSPC) em português.

*“Crianças muitas vezes fazem coisas que são erradas, desobedecem, ou fazem os pais ficarem zangados. A gente gostaria de saber o que V/S (ou mmm – pessoa escolhida/sorteada) costuma fazer quando o (xxx – nome da criança) faz alguma coisa errada, ou faz V/S ficar irritada ou zangada. Eu vou ler algumas coisas que V/S pode ter feito nessas horas. Eu gostaria de saber se, desde que a V/S soube que estava grávida, essas coisas aconteceram.”*

Item <sup>a</sup>	Escalab	
A	DNV	Você explicou a (xxx – nome da criança) por que o que ele/a estava fazendo estava errado?
B	DNV	Você o/a colocou de castigo do tipo: mandou-o ficar em seu quarto ou em qualquer outro lugar?
C	PC	Você sacudiu (xxx – nome da criança)?
D	PC	Você bateu no bumbum dele/a com alguma coisa como um cinto, chinelo, escova de cabelo, vara ou outro objeto duro?
E	DNV	Você deu a ele/a outra coisa para fazer em vez daquilo que ele/a estava fazendo de errado?
f	AP	Você falou alto, berrou ou gritou com (xxx – nome da criança)?
G	MF	Você bateu com a mão fechada ou deu um chute com força nele/a?
H	PC	Você deu uma palmada no bumbum de (xxx – nome da criança)?
I	MFG	Você o agarrou pelo pescoço e o sacudiu?
J	AP	Você xingou ou praguejou, quer dizer, rogou praga, contra ele/a?
K	MFG	Você bateu muito em (xxx – nome da criança), ou seja, bateu nele/a sem parar, o máximo que V/S conseguiu?
L	AP	Você disse alguma vez que iria expulsá-lo/a de casa ou enxotá-lo/a para fora de casa?
M	MFG	Você queimou (xxx – nome da criança) ou derramou líquido quente nele de propósito?
N	AP	Você ameaçou dar um tapa nele/a, mas não deu?
O	MF	Você bateu em alguma parte do corpo dele diferente do bumbum com alguma coisa como um cinto, chinelo, escova de cabelo, vara ou outro objeto duro?
P	PC	Você deu um tapa na mão, no braço ou na perna de (xxx – nome da criança)?
Q	DNV	Você tirou as regalias dele/a ou deixou-o/a sem sair de casa?
R	PC	Você deu um beliscão em (xxx – nome da criança)?
S	MFG	Você o/a ameaçou com uma faca ou arma?
T	MF	Você jogou (xxx – nome da criança) no chão?
U	AP	Você o/a chamou de estúpido/a, burro/a, preguiçoso/a ou de outra coisa parecida?
V	PC	Você deu um tapa/bofetada no rosto, na cabeça ou nas orelhas de (xxx nome da criança)?

<sup>a</sup>Letras correspondem às do instrumento original em inglês (Straus et al., 1998).  
 DNV = disciplina não-violenta; AP = agressão psicológica; PC = punição corporal;  
 MF = maus-tratos físicos; MFG = maus-tratos físicos graves.

mento ainda mais conectado com a população-alvo. De toda a sorte, essa experiência mostra que a proposta de Behling & Law (2000), comentada acima, merece ser estendida também aos trabalhadores de campo. Em estudos futuros, seria interessante dar ainda mais um passo e integrá-los também às jornadas de debates aqui descritas na quarta etapa.

Divergências de apreciação nas diferentes etapas ratificam a importância da explicitação e crítica das estratégias de adaptação utilizadas. A falta de um roteiro único impõe que se debatam experiências, divulgando aquelas bem-sucedidas. Se dentro de um mesmo país já se observam importantes diferenças sócio-culturais que podem diminuir a validade de instrumentos pouco adaptados ao contexto local, a utilização dos elaborados em outras culturas requer atenção redobrada. Torna-se cada vez mais evidente que uma simples tradução não é o suficiente. O alerta é ainda mais pertinente em áreas temáticas culturalmente modeladas, como é o caso da violência familiar e

tantas outras abordadas no campo da Saúde Coletiva.

Com base na presente avaliação da equivalência conceitual, de itens e semântica da CTSPC, é oportuno propor essa primeira versão em português. Contudo, ainda restam alguns passos importantes para que se possa aceitar com segurança a existência de equivalência transcultural entre o original e a versão. Como indicado na Introdução, a apreciação da equivalência de mensuração, estudada através da comparação entre as propriedades psicométricas da versão em português e do instrumento original, é uma tarefa essencial nesse processo e será implementada proximamente. Não obstante, é fundamental que essa primeira versão seja posta à crítica pelos profissionais interessados. A vasta gama de detalhes e opções, muitas delas intrinsecamente subjetivas, demanda que o aprimoramento do instrumento adaptado seja guiado por debates e negociações contínuas entre pares.

## Agradecimentos

Este estudo foi parcialmente financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Programa de Apoio a Núcleos de Excelência), processo 663073/9987, e Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, processos E-26/171.223/98 e E-26/150.893/99. M. E. R. foi parcialmente apoiado pelo CNPq, processo 300234/94-5. C. L. M. teve o apoio parcial da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Os autores agradecem aos participantes do grupo de especialistas, Maria Helena Hasselmann, Simone de Assis e Barbara Musumeci Soares, pela disponibilidade em participar do estudo e pela riqueza de suas contribuições; a Christopher Peterson, por sua engajada participação na terceira etapa de avaliação da equivalência semântica, e às entrevistadoras Alessandra Veggì, Fernanda Faria de Almeida, Isabella Mota Rezende, Joelma Castro e Juliana Toshica Kunisawa, pelos valiosos comentários oferecidos durante a fase de pré-teste do instrumento.

## Referências

- ABRÁPIA (Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência), 1992. *Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes. Proteção e Prevenção. Guia de Orientação para Profissionais de Saúde*. Rio de Janeiro: ABRÁPIA.
- ALDARONDO, E. & STRAUS, M. A., 1994. Screening for physical violence in couple therapy: Methodological, practical, and ethical considerations. *Family Process*, 33:425-439.
- ARCHER, J., 1999. Assessment of the reliability of the conflict tactics scales: A meta-analytic review. *Journal of Interpersonal Violence*, 14:1263-1289.
- ASSIS, S. G., 1995. Violência doméstica. Estudo epidemiológico sobre a vitimização física dos adolescentes de Duque de Caxias, Rio de Janeiro. *Medicina*, 28:51-60.
- BADIA, X. & ALONSO, J., 1995. Re-scaling the Spanish version of the sickness impact profile: An opportunity for the assessment of cross-cultural equivalence. *Journal of Clinical Epidemiology*, 48:949-957.
- BAUMAN, L. J. & FRIEDMAN, S. B., 1998. Corporal punishment. *Pediatric Clinics of North America*, 45:403-413.
- BEHLING, O. & LAW, K. S., 2000. *Translating Questionnaires and other Research Instruments*. v. 133, Thousand Oaks: Sage Publications.
- BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil), 1998. *Cidadão Adolescente*. Rio de Janeiro: BEMFAM.
- BRANCO, V. M. C.; PHEBO, L.; GOMES, M. A. S. M.; CASTRO, A. M. M. & NOGUEIRA, M. A., 1996. *Protegendo Nossas Crianças e Adolescentes*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.
- BRAVO, M.; CANINO, G. J.; RUBIO-STIPEC, M. & WOODBURY-FARINA, M., 1991. A cross-cultural adaptation of a psychiatric epidemiologic instrument: The diagnostic interview schedule's adaptation in Puerto Rico. *Culture, Medicine and Psychiatry*, 15:1-18.
- CHOR, D.; GRIEP, R. H.; LOPES, C. S. & FAERSTEIN, E., 2001. Medidas de rede e apoio social no Estudo Pró-Saúde: pré-testes e estudo-piloto. *Cadernos de Saúde Pública*, 17:109-118.
- DESLANDES, S. F., 1997. *Prevenir a Violência: Um Desafio para Profissionais de Saúde*. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- DESLANDES, S. F.; GOMES, R. & SILVA, C. M. F. P., 2000. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, 16:129-137.
- GUILLEMIN, F.; BOMBARDIER, C. & BEATON, D., 1993. Cross-cultural adaptation of health-related quality of life measures: Literature review and proposed guidelines. *Journal of Clinical Epidemiology*, 46:1417-1432.
- HASSELTMANN, M. H.; LOPES, C. S. & REICHENHEIM, M. E., 1998. Confiabilidade das aferições de um estudo sobre violência familiar e desnutrição severa na infância. *Revista de Saúde Pública*, 32:437-446.
- HEISE, L., 1994. Gender-based abuse: The global epidemic. *Cadernos de Saúde Pública*, 10:135-145.
- HERDMAN, M.; FOX-RUSHBY, J. & BADIA, X., 1997. "Equivalence" and the translation and adaptation of health-related quality of life questionnaires. *Quality of Life Research*, 6:237-247.
- HERDMAN, M.; FOX-RUSHBY, J. & BADIA, X., 1998. A model of equivalence in the cultural adaptation of HRQoL instruments: The universalist approach. *Quality of Life Research*, 7:323-335.
- KRUEGER, R., 1994. *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*. 2ª Ed. London: SAGE Publications.
- LUCENTE, S. W.; FALS-STEWART, W.; RICHARDS, H. J. & GOSCHA, J., 2001. Factor structure and reliability of the Revised Conflict Tactics Scales for incarcerated female substance abusers. *Journal of Family Violence*, 16:437-450.
- MILNER, J. S., 1994. Assessing physical child abuse risk: The child abuse potential inventory. *Clinical Psychology Review*, 14:547-583.
- MORAES, C. L., 2001. *Aspectos Metodológicos Relacionados a um Estudo sobre Violência Familiar durante a Gestação como Fator de Propensão da Prematuridade no Recém-nascido*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- MORAES, C. L. & REICHENHEIM, M. E., 2002a. Cross-cultural measurement equivalence of the Revised Conflict Tactics Scales (CTS2) Portuguese version used to identify violence within couples. *Cadernos de Saúde Pública*, 18:783-796.
- MORAES, C. L. & REICHENHEIM, M. E., 2002b. Domestic Violence During Pregnancy in Rio de Janeiro, Brazil. *International Journal of Gynaecology and Obstetrics*, 79:269-277.
- MORAES, C. L.; HASSELMANN, M. H. & REICHENHEIM, M. E., 2002. Adaptação transcultural para o português do instrumento "Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)", utilizado para identificar a violência entre casais. *Cadernos de Saúde Pública*, 18:163-176.
- MS (Ministério da Saúde), 1997. *Violência contra a Criança e o Adolescente. Proposta Preliminar de Prevenção e Assistência à Violência Doméstica*. Brasília: MS.
- MS (Ministério da Saúde), 2001. *Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências*. Brasília: MS.
- MS (Ministério da Saúde), 2002. *Notificação de Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes pelos Profissionais de Saúde: Um Passo a mais na Cidadania em Saúde*. v. 167, Brasília: Secretaria de Assistência à Saúde.
- REICHENHEIM, M. E. & MORAES, C. L., 2002. Buscando a qualidade das informações em pesquisas epidemiológicas. In: *Caminhos do Pensamento: Epistemologia e Método* (M. C. S. Minayo & S. F. Deslandes, org.), pp. 227-254, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- ROSSMAN, B. B. R.; HUGHES, H. M. & ROSENBERG, M. S., 1999. *Children and Interparental Violence: The Impact of Exposure*. Philadelphia: Brunner/Mazel.

- STRAUS, M. A., 1979. Measuring intra-familial conflict and violence: The conflict tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and Family*, 41:75-88.
- STRAUS, M. A. & GELLES, R. J., 1995. *Physical violence in American families: Risk Factors and Adaptations to Violence in 8145 Families*. New Brunswick: Transaction Publisher.
- STRAUS, M. A. & HAMBY, S. L., 1997. Measuring Physical and Psychological Maltreatment of Children with the Conflict Tactics Scales. In: *Out of darkness: Contemporary Perspectives on Family Violence* (G. K. Kantor & J. L. Jasinski, ed.), pp. 119-135, Thousand Oaks: Sage Publications Inc.
- STRAUS, M. A.; HAMBY, S. L.; BONEY-MCCOY, S. & SUGARMAN, D. B., 1996. The revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17:283-316.
- STRAUS, M. A.; HAMBY, S. H.; FINKELHOR, D.; MOORE, D. W. & RUNYAN, D., 1998. Identification of child maltreatment with parent-child conflict tactics scales: Development and psychometric data for a national sample of American parents. *Child Abuse & Neglect*, 22:249-270.
- STREINER, D. L. & NORMAN, G. R., 1995. *Health Measurement Scales. A Practical Guide to their Development and Use*. 2a Ed. Oxford: Oxford University Press.
- WATTS, C. & ZIMMERMAN, C., 2002. Violence against women: Global scope and magnitude. *Lancet*, 359:1232-1237.
- WEISS, S.; GARZA, A.; CASALETTO, J.; STRATTON, M.; ERNST, A.; BLANTON, D. & NICK, T. G., 2000. The out-of-hospital use of a domestic violence screen for assessing patient risk. *Prehospital Emergency Care*, 4:24-27.

---

Recebido em 6 de dezembro de 2002

Versão final reapresentada em 14 de abril de 2003

Aprovado em 25 de julho de 2003